

TURISMO NA COMUNIDADE DA ILHA DE GUAJERUTIUA-MA

Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha¹

RESUMO

As rápidas transformações ambientais, decorrentes do avanço desenfreado das diferentes atividades humanas, dentre elas, a atividade turística, corroboram para ameaça constante à biodiversidade e podem estar diretamente relacionados ao nível de percepção da sociedade com o meio. Nesse sentido a Educação ambiental constitui uma ferramenta imprescindível para aproximar, informar e sensibilizar comunidades sobre a importância da conservação de áreas de valorização turística. Este trabalho apresenta a importância da educação ambiental em uma comunidade de pescadores, Guajerutiua, distrito do município de Cururupu e pertencente ao arquipélago Maiaú localizado no Litoral Ocidental Maranhense. Os objetivos propostos neste trabalho são analisar a viabilidade de utilização do potencial ecoturístico na ilha de Guajerutiua-MA através da educação ambiental, sensibilizar a comunidade a respeito do rico ecossistema ambiental, onde os benefícios gerados com a atividade turística deverão ser fatores determinantes na qualidade de vida da população local. O caminho metodológico adotado será o histórico-dialético. Será utilizada a pesquisa qualitativa para a coleta de dados e a observação participante, objetivando obter as informações empíricas com os sujeitos da pesquisa e registrar as peculiaridades significativas ao universo em estudo. Assim, os resultados dessa investigação possibilitarão o levantamento dos conhecimentos dos moradores da localidade de estudo em relação à atividade turística, utilizando a Educação Ambiental como um instrumento efetivo na busca de tomadas de decisões de preservação ambiental na referida localidade.

Palavras-chaves: Educação Ambiental, Guajerutiua-MA, Atividade Turística.

TOURISM AND ENVIRONMENT IN A VILLAGE ON GUAJERUTIUA ISLAND, MARANHÃO STATE

ABSTRACT: The rapid environmental changes caused by uncontrolled human activities including tourism endanger biodiversity and are directly linked to the level of environmental perception by society. Environmental education is an indispensable tool in this respect, resulting in an approximation, increased information and acceptance of village communities to preserve areas of touristic value. This research deals with the importance of environmental education in a community of fishers, Guajerutiua, Cururupu county, part of the Maiaú islands on the eastern coast of Maranhão State. The objectives of this research projects are to analyse the viability of exploiting the potential of ecotourism on Guajerutiua island by environmental education, sensibilize the community about the potential of this rich ecosystem where benefits generated by tourism could profoundly impact the life of local residents. The methodological strategy utilized in this research project will be historical-dialectical. We will apply qualitative research for data collection and participative observations in order to obtain empirical information on the research issues and detect important peculiarities in this universe under study. This way, the

¹ Prof.^ª. Ms. do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

E-mail: wasti@cecen.uema.br

results generated by this project will enable an adaptation of knowledge of local residents to the needs of touristic activities with environmental education as an effective means of decision making for environmental preservation in the study area.

Key words: Environmental education, Guajerutiua-MA, Touristic activities

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas os problemas ambientais tornaram-se muito comuns. Relacionado a este aspecto pode-se destacar o aumento da população e o alto grau de industrialização das áreas urbanas, principalmente das cidades modernas. O resultado deste processo tem sido a alteração generalizada da biosfera e conseqüências gravíssimas para o ser humano.

Para tentar conter esta problemática, algumas medidas começaram a ser adotadas pelos Organismos Internacionais, (precisamente a partir da década de 70), como uma provável solução para tentar minimizar e/ou diminuir de forma significativa às agressões ao meio ambiente. Dentre tantas leis e resoluções, pode-se destacar a criação da Agenda 21 e a idéia de Desenvolvimento Sustentável, originados a partir de resultados revelados por inúmeros relatórios. A partir de então, considerou-se a emergência do reordenamento das prioridades das esferas ambiental, econômica e social.

A Organização Mundial do Turismo, em suas publicações, é enfática ao afirmar que “o desenvolvimento sustentável, não é um estado fixo de harmonia, mas o considera, antes de tudo, como um processo de mudanças em que as alterações na exploração dos recursos, a gestão de investimentos, a orientação de desenvolvimento e as decisões internacionais são geridas de um modo coerente com as necessidades futuras e presentes” (RODRIGUES, 1997).

Para Beni (2002) “*a agenda 21 propõe um amplo diálogo entre os pares sociais visando o alcance de prioridades definidas pelas bases das diversas comunidades locais*”. Com relação à Agenda Brasileira, um aspecto a ser destacado, diz respeito, em especial ao seu capítulo 36 que enfatiza a necessidade da inserção da Educação Ambiental em todos os níveis, “*posto que, como alavanca para alcançar a meta máxima do desenvolvimento sustentável, pode proporcionar através dos seus métodos, o exercício da cidadania, o diálogo e o enfrentamento dos problemas locais*” (BRASIL, 1999).

Apesar de todos os avanços com relação aos termos “Sustentabilidade”, “Meio Ambiente”, e “Desenvolvimento Sustentável”, é comum que os mesmos sejam criticados e passíveis de inúmeras interpretações, muitas delas contraditórias.

Para Furlan (2000) é importante diferenciar cada um dos termos para um melhor entendimento acerca da importância vinculada para cada um, além de esclarecer que os termos acima apresentados possuem significados diferenciados.

- a) “Crescimento Sustentável é uma contradição em si mesmo, nenhum elemento físico cresce indefinidamente;
- b) Uso Sustentável aplica-se somente a recursos renováveis: significa o uso desses recursos em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação;
- c) Desenvolvimento Sustentável é empregado nessa estratégia com o significado de melhorar a qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas”.

É importante destacar ainda, que a chamada “sociedade sustentável” seria aquela cujas práticas sociais se desenvolvessem segundo princípios norteados pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Segundo Furlan (2003), são elas:

- a) Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos;
- b) Melhorar a qualidade de vida humana;
- c) Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra;
- d) Minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis;
- e) Permanecer nos limites da capacidade de suporte do Planeta Terra;
- f) Modificar atitudes e práticas pessoais;
- g) Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente;
- h) Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação;
- i) Constituir uma aliança global.

É observado que há muito tempo o homem já se distanciou da natureza, evidenciando práticas contrárias ao meio ambiente. É importante que o resgate às práticas ambientais sejam efetuadas de forma imediata, caso contrário gerações futuras poderão padecer.

No que se refere à interação da Ciência Geográfica com o Turismo, deve-se levar em consideração o chamado “sistema turístico” (SISTUR) que de acordo com Beni (2000) é composto de três conjuntos: o das relações ambientais, o das organizações institucionais e o das ações operacionais. Com base nesse conjunto destaca-se o campo da Geografia do Turismo, visto que o mesmo coloca-se em paralelo ao conjunto das relações ambientais e completa-se na procura de explicar a interseção dos três grandes conjuntos, evidenciando assim seu caráter espacial.

Com o seu objeto explicativo, a Geografia do Turismo analisa os padrões de distribuição espacial da oferta e da demanda, dos centros de lazer, dos movimentos e dos fluxos turísticos, dos modelos de desenvolvimento espacial do turismo, além dos impactos por ele proporcionados. (XAVIER, 2002).

De acordo com Beni (2000) a percepção geográfica tem sido empregada como uma das estratégias na tomada de consciência da população para numerosos problemas, tais como: planejamento e manejo integrado do meio ambiente. Além disso, é considerada de crucial importância para um melhor entendimento da conduta do homem no espaço geográfico, conduzindo, assim, a esclarecimentos sobre as relações que se evidenciam no espaço turístico, entre o homem e a natureza ou entre os grupos humanos.

É interessante destacar, porém, que a percepção geográfica do turismo é um tanto quanto complexa, isto porque a atividade envolve vários segmentos das atividades humanas, atingindo dessa forma diferentes grupos de pessoas, tais como: planejadores, políticos, profissionais, turistas e comunidade local. Cada grupo percebe e atribui diferentes valores aos recursos da natureza. (YÁZIGI, 1998)

Sendo assim, é de extrema importância que considerações acerca da educação ambiental sejam tomadas como um referencial nas formas de ajustamento das pessoas aos problemas ambientais (CONTI, 2000).

A atividade turística deve acontecer a partir do planejamento e da gestão sustentável dos patrimônios natural e cultural, em que o desenvolvimento sustentável, baseado na atividade ecoturística, deverá ser o resultado da ação conjunta de todos os agentes interessados no desenvolvimento, ou seja, os setores públicos e privados e a comunidade local. Para então ser alcançado os objetivos propostos (NOVAES, 2002).

É importante destacar ainda que as atividades ecoturísticas proporcionam muitas oportunidades de desenvolvimento econômico tais como a cobrança de ingressos, alojamentos que pertençam às pessoas da comunidade local e sejam administrados por

eles, ou ainda cooperativas de artesanatos alternativos. Priorizando ainda a preservação do espaço natural onde é realizado. Verifica-se que, a conservação deve ser valorizada diante de qualquer outra atividade (NOVAES, 2002).

Atualmente, conviver com a natureza, tornou-se um privilégio. O esporte ao ar livre ganhou um papel de destaque, pois se abriu as possibilidades de práticas esportivas diversas, usando meios e ambientes naturais, ao mesmo tempo em que as questões ambientais têm força e penetração nas comunidades. Isso facilita o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, das quais muitas estratégias têm sido adaptadas para os programas de atividades ecoturísticas. (CASCINO, 1999).

Considerando que todas as pessoas têm direito a Educação Ambiental, alguns são os princípios e objetivos básicos que devem ser seguidos:

- a) Considerar o meio ambiente em sua totalidade, seja nos aspectos naturais ou criados pelo homem;
- b) Constituir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar e continuando através de todas as fases do ensino formal e não-formal;
- c) Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada;
- d) Examinar as principais questões ambientais, dos pontos de vista local, regional, nacional e internacional, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas;
- e) Concentrar-se nas situações ambientais atuais, tendo em conta a perspectiva histórica;
- f) Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir e resolver os problemas ambientais;
- g) Considerar de maneira explícita os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento;
- h) Ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais;
- i) Destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em conseqüência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas;
- j) Utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais. (NOVAES, 2002)

Trazendo a discussão a respeito da educação ambiental para o Turismo no espaço maranhense, percebe-se que poucas ações têm sido executadas. Na grande maioria das vezes associa-se este fator ao não envolvimento das populações na referida problemática, à falta de informação, ou simplesmente por achar que a localidade na qual estão inseridas, não sofrerá nenhuma modificação ou transformações futuras.

Como bem afirma Novaes (1998):

A Educação ambiental deve favorecer a participação responsável nas decisões acerca da melhoria da qualidade do meio natural, social e cultural. As atividades de educação ambiental, como instrumentos a serem utilizados para a concretização desses objetivos, devem possibilitar aos participantes, oportunidade para desenvolver uma sensibilização a respeito dos seus problemas ambientais, além de propiciar uma reflexão a respeito desses problemas e a busca de formas alternativas de solução.

É importante destacar que a educação ambiental tem como um dos seus objetivos formar cidadãos conscientes de sua relação com a natureza e com o seu habitat. Diante disso, conclui-se que ela independentemente da metodologia, deve primar pela formação de pessoas conscientes de seu papel e de sua relação com o meio ambiente, visando a sustentabilidade, através do uso racional dos recursos naturais, para que tanto esta, quanto as futuras gerações possam também dela usufruir. Ainda segundo Neiman (2002):

A Educação Ambiental realiza-se por meio de dois tipos de processos:

- i. A educação informal: com atividades de contato com ambientes naturais e de campanhas populares que visem á formação de atos e atitudes que possibilitem a preservação dos recursos (fauna, flora, rios, matas, etc.) e a correção de processos degenerativos da qualidade de vida na terra (poluição do ar e da água, enchentes, chuvas ácidas, aumento da temperatura ambiente etc.). Via de regra ela envolve agentes comunitários, profissionais liberais e os meios de comunicação de massa;
- ii. Educação formal ou escolar: envolvendo regularmente a rede de ensino, através da atuação curricular, tanto no planejamento quanto na execução de currículos.

Mesmo com o crescimento da atividade turística no Estado, nos últimos anos a falta de informação de muitas comunidades isoladas que apresentam um significativo potencial turístico, corrobora para a deficiência de atividades ecoturísticas de forma

sustentável. Isto normalmente acontece em virtude da falta de informações a respeito das atividades que serão executadas.

Nessa direção, é imprescindível encontrar formas estratégicas para que as comunidades locais e também isoladas recebam mais informações a respeito da educação ambiental para o turismo.

Uma proposta de Educação Ambiental para o ecoturismo na localidade de Guajerutiua, objeto desta pesquisa, deverá percorrer alguns passos, que de acordo com Xavier (2004) são primordiais, visto que:

- a) Conduzirão ao conhecimento do fenômeno turístico;
- b) À formação de imagens mentais;
- c) À interiorização das informações, para que as pessoas possam alcançar o limiar do conhecimento;
- d) Ao desenvolvimento de atividades mediante ações efetivas, para que possam alcançar o limiar da ação.

Diante do exposto, torna-se relevante conhecer a comunidade de Guajerutiua. E entender como a atividade ecoturística no Estado do Maranhão poderá contribuir para a organização e desenvolvimento de comunidades isoladas. Neste mesmo segmento é interessante verificar se o Estado tem contribuído para o desenvolvimento da educação ambiental informal; se a atividade ecoturística contribuirá de fato para a melhoria dessa população; se as organizações não-governamentais têm desempenhado o seu papel junto aos moradores locais; se as certificações ambientais utilizadas pelo turismo atendem aos padrões necessários no Estado; se há coerência entre as decisões tomadas pelo Estado no âmbito da atividade turística e os moradores dessa comunidade; e por fim, se a Educação Ambiental pelo turismo contribuirá para a melhoria de vida dessa comunidade e de suas gerações futuras.

É nesse contexto que se pretende compreender se a educação ambiental pelo turismo, apontará de fato, como alternativa viável na busca da melhoria da qualidade de vida, de populações isoladas.

2. O TURISMO NO ESTADO DO MARANHÃO

O Maranhão é um dos Estados da Federação Brasileira que possui um imenso potencial turístico. Visando o crescimento de tal atividade, o Governo Federal em parceria com os Estados elaborou alguns programas com a finalidade de alavancar o

turismo, atraindo investimentos complementares para as regiões com tal vocação. Dentre esses programas destacam-se o PRODETUR (Programa de Ações para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste) e o PROECOTUR (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia). Ambos têm ações voltadas para o Maranhão, pois o mesmo é considerado Estado de transição.

Além desses dois programas, o Estado do Maranhão possui o Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão – Plano Maior, elaborado pelo Governo do Estado e voltado para o desenvolvimento do turismo local.

O Plano Maior foi concebido, na sua metodologia, para ser desenvolvido em três etapas: diagnóstico (já concluído), definição das estratégias (já concluído), e a elaboração do plano operacional (concluído). Após essas etapas iniciou a fase dois que correspondeu à implantação do Plano, constituída de duas etapas: estruturação (período de 2000 a 2002) e consolidação (de 2003 a 2010) (MARANHÃO, 2002).

O território estadual maranhense acha-se dividido em 217 municípios, dos quais 19 são considerados pelo Plano Maior como municípios de interesse turístico, estando agrupados em cinco pólos de interesse (Pólo de São Luís, Pólo do Parque dos Lençóis, Pólo do Delta das Américas, Pólo da Floresta dos Guarás e o Pólo da Chapada das Mesas), todos inseridos integralmente na macro-área de atuação da antiga SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Ao mesmo tempo, parte dos pólos integra também a região de influência da antiga SUDAM (Superintendência do desenvolvimento da Amazônia), mais especificamente os municípios compreendidos a oeste do meridiano 44°. (Maranhão, 2002).

É interessante ressaltar que além da diversidade de atrativos turísticos, o Estado do Maranhão dispõe ainda:

- a) Do segundo maior litoral do Brasil (640 km em linha reta);
- b) De um conjunto arquitetônico de origem civil portuguesa, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade;
- c) Da maior bacia hidrográfica do Nordeste;
- d) Da maior área e do maior conjunto de manguezais do país;
- e) Da maior diversidade de ecossistemas do país: floresta pré-Amazônica, cerrados, mangues, cocais, Lençóis Maranhense;
- f) Da maior reserva de babaçuais do país (Maranhão, 2002).

Diante dos parâmetros estabelecidos pelo Plano Maior, é interessante ressaltar que o Estado tem um papel fundamental, na busca de melhorias do desenvolvimento turístico em qualquer região. Assim sendo, baseando-se em Friedman (1992), um Estado politicamente progressista deve em princípio:

- a) Criar um espaço político no qual as reivindicações da sociedade organizada possam ser ouvidas;
- b) Remover obstáculos legais e outros ao desenvolvimento local;
- c) Promover novos instrumentos jurídicos, sempre que necessários, para facilitar o processo de desenvolvimento auto-centrado;
- d) Oferecer apoio amplo, total e irrestrito aos esforços da comunidade no sentido do fortalecimento dela mesma;
- e) Proporcionar um quadro administrativo que apóie o desenvolvimento auto-centrado.

De acordo com o Plano Maior (2002), o Pólo Floresta dos Guarás, inserido na APA das Reentrâncias Maranhenses (Unidade de Conservação Estadual), é uma região com um inquestionável potencial para o ecoturismo, área internacionalmente reconhecida como Reserva Hemisférica de Aves Migratórias Continentais e Área Úmida de Importância Internacional-especialmente como habitat de aves aquáticas-(Sítio Ramsar) desde 1993. Também constituída por ilhas e um conjunto de canais navegáveis, em área da pré-Amazônia Maranhense, a Floresta dos Guarás é um pólo de pesca artesanal, da atividade náutica tradicional e um “paraíso” de diferentes aves aquáticas e migratórias.

Figura 1: Pólo Floresta dos Guarás.



Fonte: Maranhão (2002)

A APA das Reentrâncias Maranhenses pode ser descrita como uma grande área, aproximadamente 254 km de extensão, de costa baixa como uma série de ilhas, baías, enseadas e um complexo estuarino, interligado por canais chamados de furos, os quais são recortados ainda mais por inúmeros igarapés, cobertos por manguezais, que hospedam várias espécies de peixes, crustáceos e moluscos como também aves, especialmente as migratórias, que buscam descanso, alimentação e local para reprodução. Também é local importante para a reprodução do Guará (*Eudocimus ruber*), ameaçado de extinção. (MARANHÃO, 2003).

O Pólo Ecoturístico Floresta dos Guarás abrange os municípios de Apicum-Açu, Bacuri, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão e Serrano do Maranhão.

A região em estudo está inserida numa área de 5.395,5 km², que faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) das Reentrâncias Maranhenses, criada a partir do Decreto Estadual nº. 11901 de 11/06/91 e reeditado em 09/10/91. (Maranhão, 2002).

O município de Cururupu foi escolhido como portão de entrada do pólo. De acordo com o Plano Maior, deverão ser desenvolvidas ações que viabilizem o acesso e a locomoção nos limites urbanos e para as áreas dos seus diferentes atrativos.

Segundo a Fundação Nacional de Saúde (FNS, 2002):

O espaço rural de Cururupu está distribuído em sítios e povoados. Os sítios são ao todo 141 nos quais estão construídas 1.409 casas, onde residem 3.420 pessoas. Os povoados perfazem um total de 29 com 2.913 residências, as quais abrigam 7.295 pessoas. Além desses lugares há ainda, dois outros maiores, duas ilhas que fazem parte do arquipélago de Maiaú: Guajerutiua, com 353 residências e 579 habitantes e São Lucas com 654 residências e 1.628 habitantes.

São enumerados, segundo o Plano, alguns elementos prioritários para o desenvolvimento do mesmo:

- a) Público Alvo: Ecoturistas da Europa, do Cone Sul, dos EUA e do resto do Brasil;
- b) Projetos: Cururupu será o portão de entrada deste pólo;
- c) Deverá promover uma melhor qualidade de vida das pessoas e sua integração com as Reentrâncias.

3 – A LOCALIDADE DE GUAJERUTIUA-MA

O universo da pesquisa privilegiado é o povoado de Guajerutiua (figura 02) na Ilha homônima, que está integrada ao município de Cururupu, na microrregião do Litoral Ocidental Maranhense, ao Norte do Estado do Maranhão. A ilha localiza-se numa área denominada Reentrâncias Maranhenses de litoral recortado por inúmeros rios.

Por sua relevante beleza paisagística, a localidade detém um grande potencial ecoturístico, suas praias e sua vegetação de restingas e coqueirais fazem da localidade um local impar frente às grandes agressões aos espaços naturais.

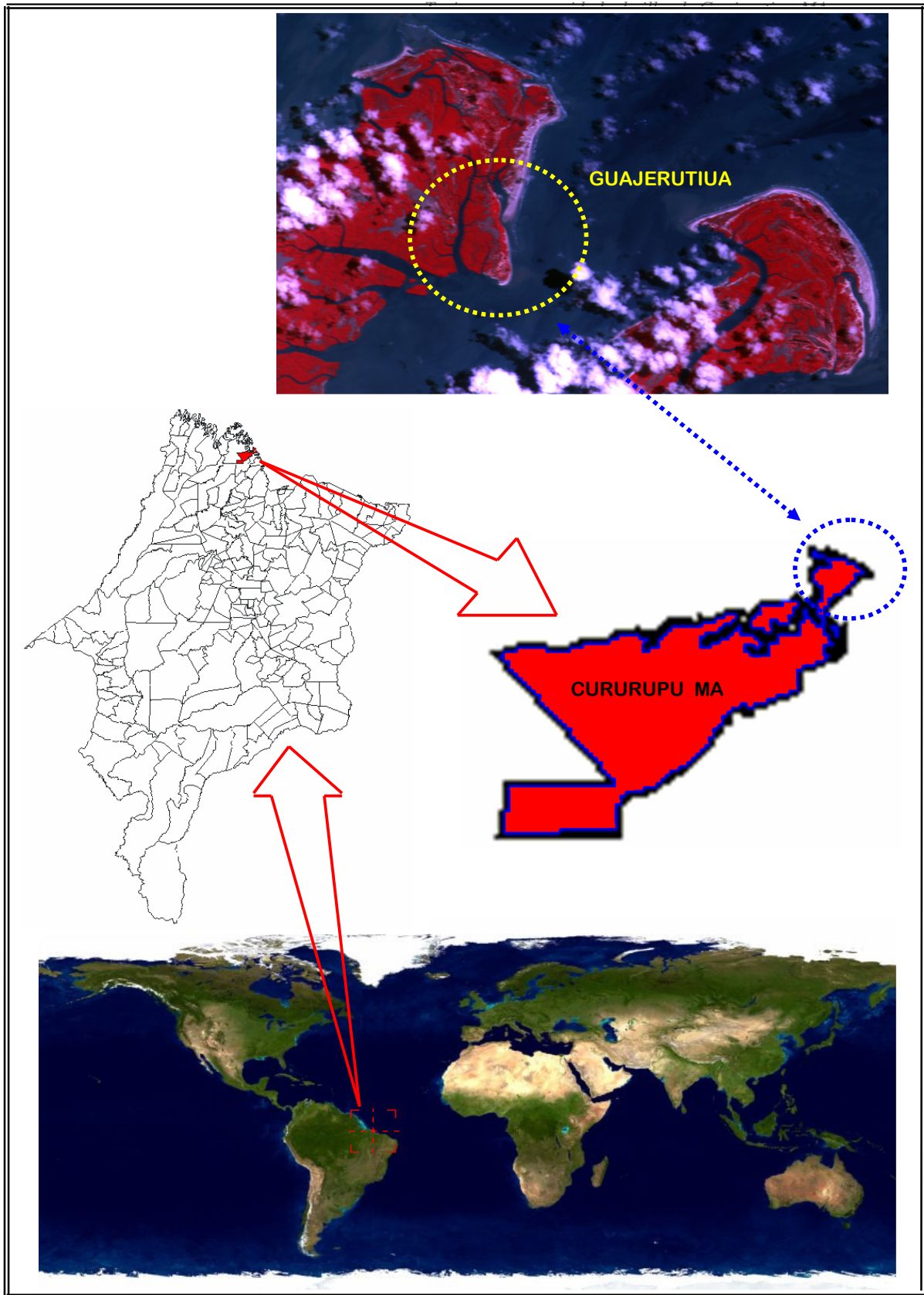


Figura 2: Localização da Ilha de Guajerutia

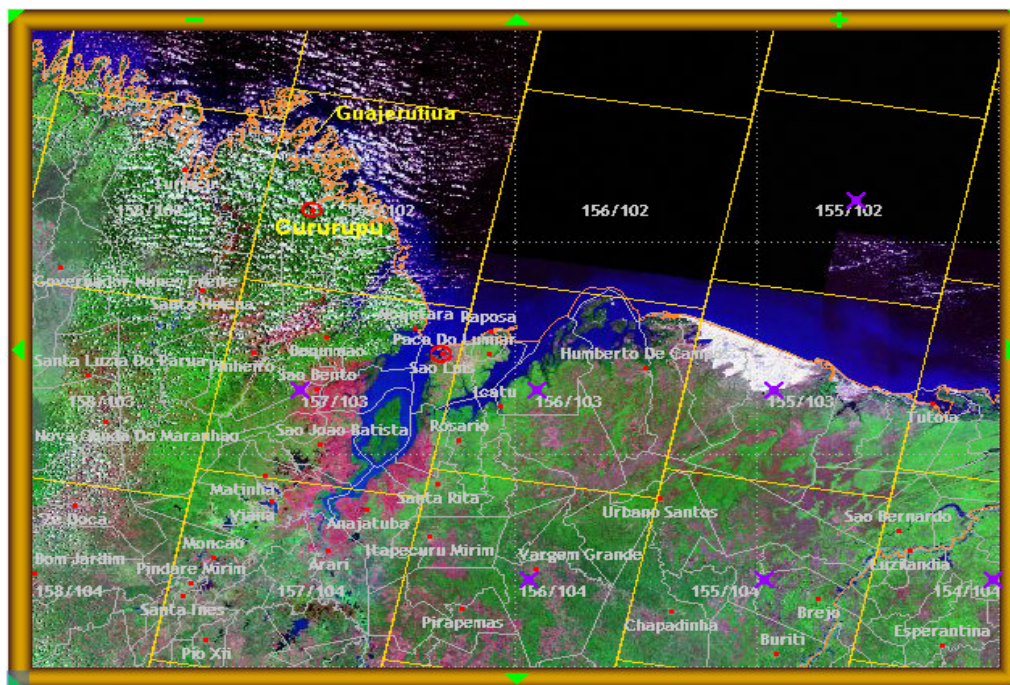
Fonte: Imagem satélite CBERS (INPE, 2006), Adaptado por Acácio Cunha Neto.

A Ilha de Guajerutiua está localizada no litoral norte do município de Cururupu, em um dos arquipélagos Maiaú formado por grandes e pequenas ilhas, distando de sua sede cerca de 40 km e da capital maranhense cerca de 130 km.

A Ilha de Guajerutiua (figura 3) encontra-se entre as coordenadas geográficas: 0° e 1° 30' latitude sul e entre 44° 30' e 45° longitude oeste. Limita-se ao norte com a praia de Valha-me-Deus e a Ponta do Zumbi; ao sul com a baía de Anajatuba, conhecida por baía do Capim; ao leste com a Barra de Guajerutiua e a Oeste com o Furo da ilha Tucum, conhecida ainda como Mirandolândia. (IBGE, 1984)

Existe um número significativo de ilhas intercaladas pelas baías de Lençóis, Anajatuba, Caçacueira e a baía Cabelo de Velha, formam arquipélagos isolados, distribuídos conforme a disposição de suas respectivas baías: ilha Lençóis, Ilha Guajerutiua, Ilha Mulata, Ilha são João, dentre outras. Algumas ilhas são praticamente desabitadas, algumas são ocupadas por ranchos de pescadores, utilizados por ocasião de pesca, período que estes chamam de salga, isto é, o ato de conservação do pescado no sal. (CUNHA, 2000).

Figura 3: Imagem de Satélite CBERS das Reentrâncias Maranhenses.



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, imagem CBERS, 2006.

Em décadas passadas à viagem entre a Ilha de Guajerutiua e a capital maranhense durava em torno de 12 horas de barco, ou como opção mais rápida a

viagem era feita em avião mono-motor. Atualmente a viagem consiste no seguinte trajeto, saindo da capital maranhense: São Luís/ Cajuape /Cururupu /Pindobal /Guajerutiua.

Apesar da pequena distância em linha reta (a partir da capital do Estado), entre a cidade de Cururupu e o povoado de Pindobal há um trecho de aproximadamente 10 km sem pavimentação. Sendo que nessa estrada de terra, o percurso é realizado em carros particulares ou em ônibus, (em média 40 minutos). Para completar a travessia até a ilha que dura em média 1 hora, em Pindobal são alugados pequenos barcos.

É nesse contexto, ora apresentado, que se julgam necessárias e indispensáveis pesquisas que promovam discussões a respeito da atividade ecoturística na área objeto de estudo, levando-se em consideração que a referida comunidade apresenta características naturais bastante preservadas. Silva (2004) afirma que *“a imagem da praia rústica está associada à valorização da paisagem e de ambientes naturais, com ênfase na conservação e na preservação de ecossistemas, ainda isolados dos roteiros tradicionais”*.

É importante salientar que a busca de qualidade de vida, tem levando inúmeros indivíduos a buscarem regularmente locais isolados com o objetivo de fugirem das pressões cotidianas. Outro aspecto, diz respeito ao imaginário coletivo que povoa as ilhas, (figura 04) isto porque, apresenta atributos naturais e também pelo fato de marcarem algum tipo de ruptura com a sociedade do continente.

Figura 4: Foto da praia da Ilha de Guajerutiua



Yi-Fu Tuan (1980) afirma que “a ilha ocupa um lugar especial na imaginação dos seres humanos. Dentre outras coisas, a ilha tem simbolizado um estado de inocência religiosa e de beatitude, isolado dos infortúnios do continente pelo mar” (Figura 5).

Dessa forma, através da educação ambiental, pautada no ecoturismo, propõem-se possibilitar o contato da comunidade da ilha de Guajerutiua com o espaço natural no qual estão inseridos, de forma que as gerações futuras dessa localidade e visitantes possam usufruir dos benefícios naturais que ali estão.

Figura 5: Foto das embarcações que fazem a travessia para a ilha.



4 - METODOLOGIA

A Ilha de Guajerutiua é o objeto de pesquisa, devido a alguns fatores que precisam ser destacados, tais como:

- a) A comunidade foi escolhida por estar localizada no litoral Ocidental Maranhense, e muito pouco se tem a respeito de estudos acadêmicos nessa área;
- b) Pertencer ao Pólo Ecoturístico Floresta dos Guarás;
- c) Pertencer, desde 2004, a RESEX (Reserva Extrativista) de Cururupu;
- d) Ser nos últimos anos um referencial para o ecoturismo no litoral maranhense em virtude de suas belas praias desérticas;

- e) Ser uma comunidade essencialmente pesqueira;
- f) Em virtude da área objeto de estudo está inclusa na APA (Área de Preservação Ambiental) das Reentrâncias Maranhenses (Unidade de Conservação Estadual).

A pesquisa será descritiva quanto aos objetivos e estudo de campo quanto aos procedimentos de técnicas de coleta de dados segundo Gil (2002, p 53):

Tipicamente o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como análise de documentos, filmagem e fotografias.

Quanto à relação sujeito/pesquisador/sujeito será realizada uma pesquisa qualitativa alicerçado em Minayo (2000), por assegurar que este tipo de pesquisa possibilita trabalhar valores, crenças, opiniões, aspectos não quantificáveis.

Em relação ao método será desenvolvido o histórico-dialético, isto porque “abarca o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações que traduzem o mundo dos significados” (MINAYO, 2000).

Moesch,(2002), na sua análise a respeito da dialética destaca ainda que: “. A dialética tem como marca reconhecer, no mesmo patamar de relevância, condições objetivas e subjetivas das estruturas históricas, que são formas de acontecer, partindo-se da crença científica comum de que a realidade social é pelo menos regular.”

As técnicas de procedimentos de abordagem serão feitas através de levantamentos em fontes secundárias em órgãos federais (IBAMA e FNS), Estaduais (Secretaria de Turismo e Educação), Municipais (Secretaria de Turismo e Prefeitura de Cururupu) além de entidades não governamentais que trabalham com a atividade turística na região.

Da área objeto de estudo será realizado levantamento cartográfico junto ao Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e obtenção de imagens dos satélites CBERS e LANDSAT promovida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Para o desenvolvimento da pesquisa objetivando a viabilização dos estudos e resultados de campo, o trabalho será realizado durante o período da chamada alta estação, isto é, no período compreendido entre os meses de Fevereiro a Julho.

Como instrumentos da pesquisa serão utilizados, questionários aplicados diretamente aos visitantes, quadro demonstrativo do número de visitantes que desembarcam na ilha, além de questionários direcionados aos moradores locais. Serão realizadas ainda entrevistas com os nativos.

GOODE & HATT (1979) fazem uma discussão aprofundada da entrevista como técnica de coleta de dados, analisando situações reais tanto pelo lado do entrevistado/informante quanto do entrevistador/pesquisador.

De acordo com Gil (1991) “entrevista é a técnica em que o pesquisador apresenta-se frente ao investigado e lhe formula questões, com o objetivo de obter dados de interesse para a pesquisa”.

LAKATOS & MARCONI (1991) apresentam vantagens para o uso de coleta de dados pela entrevista:

- a) Possibilita a obtenção de dados não encontrados nos documentos consultados e não percebidos na observação participante, maximizando a abordagem metodológica;
- b) Pode ser utilizada com qualquer pessoa que saiba se expressar oralmente, incluindo analfabeto em português;
- c) Há a possibilidade de se conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, imediatamente, as discrepâncias;
- d) Permite maior oportunidade de se avaliar, atitudes, condutas, podendo ser registrado o que se observa nesse tipo de abordagem;
- e) Oferece maior flexibilidade, pois o pesquisador pode repetir suas questões ou esclarecer pontos inconspícuos nas perguntas.

O procedimento básico para a realização de entrevistas será a apresentação ao entrevistado dos objetivos e finalidade da pesquisa.

Serão realizados ainda, de forma periódica, junto à comunidade e as escolas locais atividades que possam conduzir a uma tomada de consciência; para isso deverão ser desenvolvidas atividades educativas diversas voltadas para a educação ambiental.

A paisagem geográfica constitui um tema central para as atividades turísticas e educativas. Ela deve ser entendida constituída por componentes naturais e construídos, visíveis e não visíveis. Nos projetos ligados ao estudo da paisagem geográfica nas escolas, deverão conter atividades que levem o educando a observá-la por meio de sua descrição, representação e identificação de seu valor, seja estético, histórico, ambiental ou arquitetônico. A paisagem poderá ser trabalhada diretamente no campo, pela percepção direta ou em sala de aula, pela observação indireta, por meio de fotografias, filmes, mapas ou pré mapas (XAVIER,1999).

A documentação fotográfica será outro elemento essencial para a caracterização do meio físico tais como os aspectos paisagísticos naturais e a influência de prováveis equipamentos instalados na ilha que possam causar choque ente o rústico e o moderno.

Posteriormente serão confeccionados gráficos e tabelas que irão nortear os resultados da pesquisa, apontando para possíveis soluções de problemas que a comunidade local poderia e/ou poderá enfrentar com relação à atividade turística.

5 – CONSIDERAÇÕES

Nas últimas décadas, tem-se verificado uma preocupação significativa, com as questões ambientais a nível global. Atrelado a este aspecto, nota-se a emergência de atividades turísticas ligadas aos ambientes naturais a nível de Brasil e por conseguinte no Estado do Maranhão.

Com relação ao Estado do Maranhão, verificam-se nos últimos quinze anos, maciços investimentos no setor turístico. Percebe-se, porém que em algumas situações não existe uma preocupação significativa com os ambientes naturais aonde tais atividades são desenvolvidas, nem muito menos com prováveis comunidades tradicionais que estão inseridas nestes espaços.

È imprescindível que exista por parte dos gestores públicos (esferas Municipal, Estadual e Federal), sociedade civil e ONGs um comprometimento efetivo com as questões ambientais a nível local, regional e por que não Global?

Acreditamos que dessa forma poderá existir não de forma “utópica” um meio ambiente equilibrado, através da inserção de praticas educativas voltadas para a valorização de um espaço, na perspectiva da comunidade local, evidenciando dessa forma seus saberes e sua tradição local, enfatizando a importância de práticas conservacionistas através da educação ambiental.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO MARANHÃO. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Laboratório de Geoprocessamento-UEMA. São Luís: GEPLAN, 2002. 44 p.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental.** Brasília: MEC, 1999.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo.** São Paulo: Senac, 2000.

_____. **Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo,** p 31-34. São Paulo, 2002. In: BARRETO, M. (Org).

CASCINO, Fábio. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores.** São Paulo: Senac, 1999.

CONTI, Bueno. José. **Ecoturismo: Paisagem e Geografia.** In: **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites,** p. 59-69. São Paulo. Contexto. 2000.

CUNHA, Cacionôr Pereira da. **Guajerutiua- Compêndio Geográfico e Cultural.** São Luís, ed. Aquarela, 2000.

FURLAN, Sueli Ângelo. **Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental.** Tese de doutoramento – Depto de Geografia – FFLCH-USP, 497 p. São Paulo. 2000.

_____. **Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza.** In: **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites.** P. 47- 58, 2003.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2002

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa.** São Paulo: ed. Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo, Atlas, 1991. 207p.

GOODE, W. L & HATT, P.K. **Métodos em Pesquisa Social.** São Paulo, Nacional, 7ª ed., 1979, 488p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Estado do Maranhão.** Rio de Janeiro, 1984.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Catálogo de Imagens CBERS.** Divisão de Geração de Imagens. Disponível em <http://www.dgi.inpe.br>. Acesso em 2006.

LAKATOS, E.M & MARCONI, M de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 3ª ed. 1991, 270 p.

MARANHÃO. Gerencia de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano de desenvolvimento integral do Turismo do maranhão: plano maior.** São Luís, 2002.

- _____. **Zoneamento Costeiro do Estado do Maranhão.** São Luís – MA: 2003. 243p.
- MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (org.). et. Al. **Pesquisa Social: Teoria, Método e**
- NEIMAN, Zysman, (Org). **Meio ambiente: educação e ecoturismo.** Barueri, São Paulo: Manole, 2002.
- Criatividade. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- NOVAES, Marlene Huebes. **Turismo e política de planejamento sustentável.** Revista de Negócios, Blumenau, v.3, n. 2, p.35-40 abr/jun. 1998.
- _____. Atividades ecoturísticas e educação ambiental. In.: **Redescobrimo a ecologia no turismo.** Caxias do Sul. EDUCS. P. 93-100. 2002.
- NOVAES, R.C. **desenvolvimento sustentável na escala local: a agenda 21 – local como estratégia para a construção da sustentabilidade.** 2002. 180 p. Dissertação de mestrado – ICH/Unicamp, Campinas.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org). **Turismo e ambiente. Reflexões e propostas.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. Geografia do Turismo: Novos Desafios. In.: **Como aprender turismo e como ensinar. V1.** p. 87-119. Ed. Senac. São Paulo. 2003
- SILVA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades Turísticas: identidades e cenários de lazer.** São Paulo: Aleph, 2004.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.
- XAVIER, Herbe. **A dimensão do turismo no ensino de geografia,** Anais do 5.º encontro nacional de prática de ensino de Geografia. Belo Horizonte: PUC-Minas, 1999.
- _____. Revista eletrônica de turismo (RETUR). **O Campo da percepção geográfica para os estudos de turismo.** Volume 03 – nº 01 – maio/2004. Disponível em <http://www.presidentekennedy.br/retur>. 2004.
- _____.Educação ambiental: caminho para a sustentabilidade ecológica no turismo. In.: **Redescobrimo a ecologia no turismo.** Caxias do Sul: EDUCS, p.71-91. 2002.
- YÁZIGI, Eduardo. **Turismo uma esperança condicional.** São Paulo: Plêiade, 1998.